

AJUSTE DIRETO 49/2023

**AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE UPGRADE DA POSIÇÃO DIGITAL
E IMAGEM DA EMPRESA AMBIFARO E.M.**

CADERNO DE ENCARGOS

2023

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual de Ajuste Direto, o qual tem por objeto principal a **“Aquisição do serviço upgrade da posição digital e imagem da empresa Ambifaro E.M.”**, de acordo com as características discriminadas na cláusula 28.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O Contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
1. O Contrato a celebrar integrará ainda os seguintes elementos, previstos no artigo 96.º do CCP, nomeadamente:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do anterior n.º 2 e o clausulado do Contrato a celebrar e seus anexos, prevalecerão os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela Entidade Adjudicante, de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP, e aceites pelo Adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo Código.

Cláusula 3.^a – Prazo

O contrato inicia com a sua assinatura e terá a duração e manter-se-á em vigor por um período de 12 (doze) meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o

disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato e em conformidade com os respetivos termos e condições, nos termos da lei.

Cláusula 4.^a - Preço Base

1. O preço base máximo para a aquisição do serviço é de **18.540,00€ (dezoito quinhentos e quarenta euros)**.
2. O valor previsto no número 1 será acrescido de taxas/impostos em vigor, quando devidos.
3. O preço base é o máximo que a Entidade Adjudicante se propõe a pagar pela execução de todas as prestações do presente Contrato.

Cláusula 5.^a – Obrigações Principais do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Adjudicatário a execução dos serviços nos seguintes termos:

1. Executar o serviço de acordo com as especificações definidos no anexo do presente Caderno de Encargos;
2. Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos e da respetiva proposta;
3. Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
4. Prestar as informações que foram solicitadas pela Entidade Adjudicante;
5. Realizar os serviços enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratualizados;
6. O Adjudicatário obriga-se a respeitar todas as condições técnicas e de segurança que, fundamentadamente lhes forem exigidas pela Entidade Adjudicante;

7. O Adjudicatário obriga-se também, desde a data da adjudicação, a disponibilizar e entregar cópias de toda e qualquer documentação relacionada com a fiscalização do cumprimento das suas obrigações;
8. Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato celebrado e que altere, a prestação de serviços em causa, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
9. O Adjudicatário é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer falta ou incumprimento da prestação de serviços, objeto do presente Caderno de Encargos.
10. É da única e exclusiva responsabilidade do Adjudicatário todas e quaisquer eventuais responsabilidades civis, criminais e contra-ordenacionais decorrentes do incumprimento do objeto do procedimento, bem como do incumprimento/infrações dos dispositivos consignados em toda a legislação aplicável.
11. É da responsabilidade do Adjudicatário providenciar todo o equipamento de proteção individual (EPI's) para o respetivo pessoal, de acordo com o disposto na lei
12. Em geral, prestar os serviços objeto do Contrato a celebrar, de acordo com as melhores práticas e com elevada qualidade, eficiência, adequação e suficiência, atendendo ao fim a que se destinam, praticando todos os atos necessários ao bom cumprimento das obrigações para si emergentes do Contrato a celebrar.
13. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
14. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.^a - Responsabilidade geral do Adjudicatário

1. O Adjudicatário é o único e exclusivo responsável pela correta e pontual prestação dos serviços objeto do Contrato a celebrar.

2. O Adjudicatário responderá, designadamente, por qualquer falta, incumprimento, deficiência, erro ou omissão na prestação do serviço, objeto do presente Caderno de Encargos, independentemente de qual a sua origem, ou momento em que sejam detetados, com exceção daqueles a que, exclusiva e comprovadamente, a Entidade Adjudicante tenha dado causa.
3. A faculdade de fiscalização da execução do contrato por parte da Entidade Adjudicante não afasta ou diminui a responsabilidade do Adjudicatário na sua execução.
4. O Adjudicatário responderá civilmente pelas ocorrências, verificadas no local, objeto da presente prestação de serviços, em consequência das quais resultem danos ambientais, materiais ou pessoais a terceiros decorrentes da sua atividade.
5. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada ou a incorrer em responsabilidade, de qualquer natureza, perante terceiros, com causa, direta ou indireta, em quaisquer deficiências, erros ou omissões na prestação de serviços que sejam imputáveis ao Adjudicatário, ou a terceiros por si contratados, seja a título de dolo ou de negligência, assistir-lhe-á direito de regresso contra este, obrigando-se o Adjudicatário a indemnizar a Entidade Adjudicante por todas as despesas que, em consequência, esta haja de fazer e por todas e quaisquer quantias que tenha de desembolsar, seja a que título for.
6. O disposto no número anterior é igualmente aplicável, com as necessárias adaptações, em caso de incumprimento, pelo Adjudicatário, incluindo o seu pessoal e outras pessoas intervenientes na execução do Contrato por conta do Adjudicatário, de quaisquer disposições legais ou regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente quando aquela decorra em instalações da Entidade Adjudicante.

Cláusula 8.^a – Direitos de propriedade intelectual ou industrial

1. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação dos serviços objeto do Contrato a celebrar, de quaisquer elementos protegidos por um direito de propriedade intelectual.

2. Caso o Adjudicatário venha a ser demandado ou a incorrer em responsabilidade, perante terceiros, com causa na infração de qualquer direito de propriedade intelectual no âmbito da execução do Contrato a celebrar, o Adjudicatário obriga-se a indemnizar a Entidade Adjudicante por todas as despesas que, em consequência, esta haja de fazer e por todas e quaisquer quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 9.^a - Dever de Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do Contrato a celebrar.
2. O Adjudicatário obriga-se, ainda, a assegurar que os seus trabalhadores e outros colaboradores ou subcontratados aceitam, na íntegra e sem reservas, observar o dever de sigilo emergente do Contrato a celebrar, nos exatos termos e condições em que o mesmo obrigue o Adjudicatário.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo previsto na Cláusula anterior mantém-se em vigor após o integral cumprimento do Contrato ou da sua cessação, por qualquer causa, sem prejuízo do dever de cumprimento de outros deveres legais e contratuais aplicáveis, designadamente, relativos

à proteção de segredos comerciais ou à proteção da credibilidade, prestígio e bom nome das pessoas individuais e coletivas.

Cláusula 11.^a – Seguros

1. O Adjudicatário deverá assegurar a cobertura do risco na execução das prestações objeto do Contrato a celebrar, através da contratação e manutenção em vigor de apólice de seguro adequada nos termos da Lei.
2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Cláusula 12.^a – Caução

De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 88.º do CCP não haverá lugar à prestação de caução no âmbito do Contrato a celebrar.

Cláusula 13.^a – Fiscalização

1. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de fiscalizar a atividade do Adjudicatário no âmbito da prestação dos serviços, nos termos que achar mais convenientes.
2. O Adjudicatário obriga-se a fornecer à Entidade Adjudicante todos os elementos que este, razoavelmente, entenda necessários para uma correta avaliação do trabalho executado.

Cláusula 14.^a – Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, só serão devidos ao Adjudicatário os valores referentes aos serviços que sejam efetivamente prestados.

Cláusula 15.^a - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas, por meio de cheque ou transferência bancária, no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção e validação, pela mesma, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de uma nova fatura corrigida.
3. A Entidade Adjudicante poderá, no pagamento a efetuar ao Adjudicatário, deduzir a importância correspondente às penalidades contratuais que, eventualmente, tenham sido aplicadas a este último.

Cláusula 16.^a - Adiantamentos e revisão de preços

1. No âmbito do contrato a celebrar, não serão devidos adiantamentos por conta do preço.
2. Na vigência do contrato a celebrar, não haverá lugar à revisão do preço contratualizado, em circunstância alguma.

Cláusula 17.^a – Alteração ao Contrato

1. Qualquer alteração do Contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O Contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo ente as partes, que não pode revestir forma menos solene que a do Contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do Contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 18.^a - Penalidades Contratuais

1. O incumprimento do previsto no presente Contrato confere à Entidade Adjudicante o direito à aplicação de sanções pecuniárias à Entidade Adjudicatária, nos seguintes termos:

- a) Cumprimentos dos prazos:

Pelo incumprimento do estabelecido no n.º 2 da cláusula 28.^a é aplicada uma sanção fixa de 100,00€ (cem euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$\underline{S = d * C * 5}$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros)

d = Número de dias em atraso

C = valor do contrato em Euros/365

b. Cumprimento da manutenção:

Pelo incumprimento do estabelecido na alínea b) do número 1 da cláusula 28.^a, é aplicada uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$\mathbf{S = h * C * 3}$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros)

h = Número de horas ou fração em atraso

C = valor hora da bolsa de manutenção

2. Para efeitos de apuramento do número de horas ou frações, em atraso, referidas nos números anteriores, são compatibilizados períodos de 15 minutos, correspondendo cada fração até 15 minutos, inclusive, a 0,25 de 1 (uma) hora.
3. Por cada incumprimento relativo ao dever de sigilo ou relativo à Proteção de Dados, a Entidade Adjudicante poderá aplicar a sanção de 1% sobre o valor contratual por cada infração.
4. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com quaisquer quantias que se mostrem devidas pelo incumprimento.
5. As penalidades são aplicadas até ao limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual.
6. Quando as penalidades aplicadas à Entidade Adjudicatária excederem o limite previsto no número anterior, pode a Entidade Adjudicante considerar o Contrato definitivamente incumprido, nomeadamente para efeitos de resolução da cláusula 14.^a.
7. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos do Contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.^a - Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias (prova através de comprovativo médico), sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. A doença de qualquer um dos artistas não é causa de força maior.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 20.^a - Resolução do Contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e do direito à aplicação de penalidades, a Entidade Adjudicante pode resolver o Contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:
 - a. Desconformidade dos serviços prestados com o disposto no presente Caderno de Encargos;
 - b. Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações previstas no presente Caderno de Encargos;
 - c. Prestação de serviços desadequados ao fim a que se destinam;

- d. Prestação de falsas declarações;
2. O direito de resolução previsto no número anterior exerce-se mediante comunicação enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição de quaisquer prestações já realizadas, nem extingue o direito da Entidade Adjudicante ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advenham da conduta do Adjudicatário e dessa resolução.
3. Para além dos casos previstos nos números anteriores, qualquer das Partes poderá resolver o Contrato a celebrar sempre que se verifique uma das seguintes circunstâncias:
 - a. Dissolução de uma das Partes;
 - b. Apresentação ou declaração de insolvência de uma das Partes.
4. O direito de resolução do Contrato, por parte do Adjudicatário, deverá ser exercido por via judicial, salvo quando a lei expressamente preveja outra forma.

Cláusula 21.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

O Adjudicatário não poderá subcontratar qualquer das prestações objeto do Contrato a celebrar, nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações emergentes do mesmo, sem a prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto nos artigos 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a – Gestor do Contrato

1. Nos termos do Artigo 290.º-A, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo.
2. No âmbito do presente procedimento é designado gestor do contrato o técnico superior Nuno Silva, sendo designado a técnica superior Maria José Piedade o gestor que substitui aquele nas suas faltas e impedimentos.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou anomalias na execução do contrato, deverá comunica-los de imediato o órgão competente da Entidade

Adjudicante, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem.

Cláusula 23.^a – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser enviadas por carta registada e dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede de cada uma.
2. Qualquer alteração das informações de Contrato constantes do mesmo deve ser comunicada à outra parte.
3. Em caso de urgência as comunicações podem ser efetuadas por correio eletrónico com comprovativo de receção ou através de chamada telefónica, devendo, neste caso, ser a comunicação confirmada, no prazo máximo de 6 (seis) horas, mediante correio eletrónico com comprovativo de receção, considerando-se, não obstante, a notificação efetuada na data e hora da chamada telefónica.
4. As comunicações ou notificações por carta registada consideram-se recebidas na data como tal indicada pelo registo dos serviços postais.
5. As comunicações ou notificações por fax consideram-se recebidas na data do respetivo relatório de transmissão, e as comunicações por correio eletrónico na data constante da respetiva confirmação de receção.

Cláusula 24.^a – Contagem dos prazos

Os prazos referidos no presente Caderno de Encargos, relativos aos procedimentos de formação do Contrato contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e não lhes é aplicável, em caso algum, o artigo 88.º do mesmo Código, de acordo com o n.º 1 do artigo 470.º do CCP.

Cláusula 25.^a – Utilização de dados pessoais

1. Todos os dados pessoais recolhidos ou que a Entidade Adjudicante tenha acesso, são para uso exclusivo dos Serviços da Entidade Adjudicante.
2. Os dados pessoais solicitados ou a solicitar no âmbito do Contrato, são os exigidos nos termos da Lei Portuguesa no âmbito da contratação de despesa pública e execução do respetivo Contrato.
3. Os dados pessoais solicitados ou a solicitar, são os estritamente necessários para a formação do procedimento pré-contratual e execução do respetivo Contrato a celebrar.
4. Os dados pessoais são para uso dos Serviços da Entidade Adjudicante, que executem tarefas relacionadas com o procedimento contratual em causa.
5. Os dados pessoais a que a Entidade Adjudicante tenha acesso serão conservados pelo período fixado por Lei para os mesmos.
6. A Entidade Adjudicante, respeita as condições relativas à utilização de dados pessoais a que tenham acesso, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados para que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

Cláusula 26.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 27.^a – Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissivo, aplica-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 28.^a – Características técnicas do serviço

1- Especificações funcionais dos portais

O presente procedimento tem como objetivo o Upgrade Tecnológico e Design das atuais Plataformas web da AMBIFARO incluindo o desenvolvimento de novos layouts de design bem como novo conceito da marca “AMBIFARO” realizando um rebranding ao logo, programação do Front-End, disponibilizando novos templates e garantindo a funcionalidade de atendimento digital.

O upgrade tecnológico deverá basear-se nos seguintes itens, com design responsive, que permitam promover as quatro grandes áreas atuais de atuação: Institucional; Mobilidade; Eventos e Mercado Municipal. Dando prioridade aos serviços públicos prestados por esta instituição à população de forma direcionada:

- Upgrade Tecnológico e Design ao Site Institucional, agrupando as áreas já existentes como site <https://www.ambifaro.pt/> e mercado <https://www.mercadomunicipaldefaro.pt/>, e desenvolver áreas novas para a mobilidade e eventos;
- Bolsa de horas no mínimo de 10Horas para desenvolvimentos customizados;
- Traduções automáticas através de plugin de integração de software externo para Francês, Espanhol e Inglês;
- Contrato de Suporte e Manutenção pelo período de 12 meses, à data da adjudicação.

Com recurso às atuais tendências, os websites deverão conferir atratividade, simplicidade de navegação, obedecer às melhores práticas de usabilidade, cumprir as regras de acessibilidade e permitir a atualização facilitada dos conteúdos que se pretendem disponibilizar através deste veículo.

Para tal, consideramos relevante que os serviços de desenvolvimento e implementação do projeto devem prever:

a) Design

A conceção da arquitetura de informação e web design das várias componentes deverá obedecer às boas práticas na construção de websites da administração pública, bem como permitir cumprir os requisitos exigidos pelos índices da transparência e avaliação de sites da administração pública local.

Todo o material de trabalho necessário (ex.: fotos, logotipos, etc.) deve ser fornecido pela Entidade Adjudicante.

O novo site deverá possuir elevada usabilidade das páginas, proporcionar uma boa navegabilidade e experiência de utilização, conjugando um design apelativo e dinâmico que demonstre sobriedade, dinamismo e prestígio da instituição. Será responsivo, ou seja, obrigatoriamente terá de saber detetar o dispositivo através do qual é acedido, e adaptar a experiência de visualização por forma a cumprir o atrás referido.

Pretende-se o desenvolvimento de um conceito, que tenha em atenção os seguintes aspetos:

- i. Deve ser simples, mas não simplista;
- ii. Deve ir ao encontro das necessidades do munícipe e dos visitantes;
- iii. Deve corresponder às necessidades de informação e divulgação;
- iv. Deve servir de elo da instituição com a comunidade.

Pretende-se a apresentação de layouts com um design limpo, com uma cromática apoiada numa linha de sensibilidade e de imagens funcionando como um verdadeiro cartão-de-visita para as áreas de atuação da instituição. Esta conceção deve cumprir integralmente com o estipulado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/99 e nas normas da União Europeia sobre esta matéria.

b) Metodologia e fases do projeto

Com o objetivo de obter os melhores resultados possíveis e diminuir os riscos normalmente associados a este tipo de projeto, o mesmo deve contemplar as seguintes tarefas para cada um dos portais:

- i. Apresentação inicial da conceção gráfica e estrutura da informação;
- ii. Validação da conceção gráfica e estrutura da informação;
- iii. Desenvolvimento do grafismo e estrutura da informação;
- iv. Avaliação da conformidade com os requisitos do projeto;
- v. Formatação e design de todos os formulários e impressos a utilizar no atendimento ao público digital e integração no sistema de gestão documental da empresa;
- vi. Formação dos técnicos da Entidade Adjudicante na gestão posterior dos conteúdos;
- vii. Carregamento dos conteúdos.

c) Gestor de conteúdos

Todos os portais deverão ficar assentes sobre um gestor de conteúdos único, permitindo a centralização da informação, a partilha da mesma entre vários portais se necessário e facilitando o acesso por parte dos utilizadores.

O gestor de conteúdos deverá ter a possibilidade de retirada de métricas de estatísticas de visitas e interações

A organização e repositório da informação deverá ser alicerçada num gestor de conteúdos suficientemente aberto e escalável que possibilite posteriores evoluções e/ou reformulações, com os seguintes requisitos mínimos:

I. Ciclos de Aprovação e Publicação

- i. Permitir a separação das tarefas de criação, aprovação e publicação;
- ii. Possibilidade de prever o efeito final antes de publicar;
- iii. Permitir a definição das tarefas descritas por cada página individualmente;
- iv. Calendarização da inserção/remoção automática de conteúdos do site;
- v. Prever a existência de histórico de versões dos conteúdos, de forma a possibilitar a reposição de versões mais antigas.

II. Gestão de Segurança

- i. As permissões devem ser atribuídas com base em perfis de utilização;
- ii. Deve ser possível dar permissões por zona e por tipo de conteúdo.

III. Repositório de informação

- i. O repositório de ficheiros deverá ser flexível e escalável (que permita a catalogação, eliminação e edição dos mesmos) e ter a capacidade suficiente para suportar todos os conteúdos atualmente e futuramente necessários ao funcionamento do portal, sem prejudicar a sua performance;
- ii. Possibilitar a organização em pastas hierarquizadas para armazenamento dos ficheiros (imagens, documentos, vídeos) nos formatos mais comumente utilizados;
- iii. Possibilitar o upload de vários ficheiros em simultâneo;
- iv. Possibilitar a execução de cópias de segurança, para recuperação e reposição do website em caso de ataque ou falha maior.

IV. Performance

- i. A solução deverá estar preparada para o crescimento do número de utilizadores, do volume de conteúdos e o crescimento das interações com parceiros e fornecedores de conteúdos. Também deverá poder dar resposta a variações de carga sazonais, diárias e picos resultantes de eventos extraordinários;

- ii. As páginas do portal deverão ser entregues ao seu utilizador final de forma rápida e expedita, qualquer que seja o seu conteúdo.

V. Partilha de conteúdos

O gestor de conteúdos deverá possibilitar a reutilização da informação entre os vários canais e websites.

VI. Ferramenta de pesquisa

Os portais deverão possibilitar a pesquisa de forma transversal a todos os conteúdos existentes. Um pedido de pesquisa efetuada pelo utilizador apresentará os conteúdos existentes que respondam ao critério indicado, independentemente da sua localização na estrutura de informação.

VII. Integração com websites 2.0 e redes sociais

- i. Qualquer conteúdo existente nos portais deverá ser passível do utilizador efetuar a sua partilha por email e para as redes sociais e ainda a impressão (p.e. para PDF);
- ii. Possibilitar a integração com Youtube.

VIII. Multiplataforma e multiformato

Os portais deverão correr em qualquer plataforma, navegador de internet e adaptar-se de forma responsiva a qualquer formato de dispositivo usado pelo utilizador para consumo dos conteúdos a disponibilizar, em particular os dispositivos móveis (smartphone e tablet) e acompanhar as atualizações dos respetivos sistemas operativos

IX. Estrutura de apresentação da informação

A navegação deverá ser suportada por um menu que cumpra as normas de usabilidade, de modo a evitar eventuais confusões visuais ou de navegação, para que o cibernauta seja "retido" tanto tempo quanto possível no portal, para que a recolha de toda a informação desejada, se torne fácil e intuitiva.

X. Acessibilidade

Deve ser garantido em todo o website o nível AA em conformidade com as normas WAI-A (W3C), seguindo as “Diretrizes de acessibilidade do conteúdo Web” bem como as recomendações do “Guia das boas práticas na construção de Websites da administração direta e indireta do estado” e “Guia de interoperabilidade na administração pública”. Decreto de Lei n.º 83/2018 e Diretiva (EU) 2016/2102. O site deverá estar preparado para a candidatura ao Selo da Acessibilidade nível Prata.

XI. Contrato de Suporte e Manutenção pelo período de 12 meses

Deverá ser considerado um período de garantia e suporte de 12 meses a contar da data de adjudicação do procedimento, nas seguintes áreas:

- Adaptação das plataformas às alterações legislativas e regulamentares;
- Correção de erros ou anomalias detetados que perturbem o normal funcionamento das ferramentas disponibilizadas com o projeto;
- Apoio à implementação/configuração de funcionalidades existentes ou novas;
- Adaptação do site aos navegadores web (Google Chrome, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Apple Safari);
- Alterações para adaptação do site a requisitos de acessibilidade;
- Adaptação de funcionalidades;
- Apoio técnico aos utilizadores designados pela Entidade Adjudicante na utilização das ferramentas fornecidas;

- Apoio na gestão do serviço de Domain Name System para funcionamento de todos os módulos que integram o projeto;
- Intervenções corretivas e de manutenção que se venham a mostrar necessárias.

2- Infraestruturas de suporte do website

Para o funcionamento desta solução as características mínimas de hardware e software são:

- a) Um SLA (Service Level Agreement) que garanta a disponibilidade dos serviços objeto da sua proposta não inferior a 99%;
- b) Existência de mecanismos de segurança física e lógica, utilizando as melhores práticas atuais para proteção do acesso aos conteúdos alojados, incluindo a possibilidade de realização de cópias de segurança periódica da informação
- c) Windows Server 2019 ou superior;
- d) React v17 e .NET Framework 5 ou superior;
- e) Sistema de cache para queries a base de dados e ficheiros;
- f) SQL Server 2019 ou superior;
- g) IIS v10 (recomendado);
- h) Acesso Remoto;
- i) Espaço mínimo em disco (50GB);
- j) Backup de Base de dados, de acordo com a política de backups definida;
- k) Backup de ficheiros, de acordo com a política de backups definida.

3- Generalidades

a) Formação

- i. O Adjudicatário deverá ministrar formação sobre o modo de operação e gestão dos Portais, incluindo frontoffice, backoffice, e todas as tarefas

que sejam necessárias ao bom desempenho na gestão da plataforma, a uma equipa nomeada pela Entidade Adjudicante.

- ii. Para o efeito mencionado no n.º 1, o Adjudicatário deverá indicar na sua proposta quantas horas de formação considera necessárias ficando vinculado a ministrar esse número de horas, sendo que nunca inferior a oito horas.
- iii. As datas de formação deverão ser previamente acordadas entre o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante, de acordo com a conveniência de ambas as partes.
- iv. A formação preferencialmente ocorrerá via remota, recorrendo a plataformas web, salvo acordo das partes, em contrário.

b) Proteção de dados pessoais

A globalidade do projeto (website, gestor de conteúdos e demais elementos onde seja aplicável) deve estar conforme ao Regulamento Geral de Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679.

c) Prazos

O prazo para implementação dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias.

d) Mapa de quantidades

Designação	Quant.
Upgrade Tecnológico e Design ao Site Institucional, agrupando as áreas já existentes como site https://www.ambifaro.pt/ e mercado https://www.mercadomunicipaldefaro.pt/ , e desenvolver áreas novas para a mobilidade e eventos	1
Desenvolvimento novo logo marca	1
Bolsa de horas no mínimo de 10Horas para desenvolvimentos customizados	1
Traduções automáticas através de plugin de integração de software externo para Francês, Espanhol e Inglês	1

Contrato de Suporte e Manutenção pelo período de 12 meses, a data da adjudicação	1
--	---